



Edison Souza Nunes

ADVOGADO OAB/SC 50.214

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE
QUILOMBO/SC**

PARECER JURÍDICO MENSAGEM 007/2021

Solicitante: Presidente da Câmara Municipal de Quilombo- Sra. Kauana Vailon.

I – RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise do projeto de lei que tem como objetivo instituir um abono assiduidade, para os servidores público municipal efetivo ou admitido em caráter temporário (ACT), frente a qualidade e continuidade da prestação de serviço ao poder público.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Prefacialmente, importante destacar que o exame da Assessoria Jurídica se cinge tão-somente à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, **razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema**



Edison Souza Nunes

ADVOGADO OAB/SC 50.214

trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes ¹

Da competência e iniciativa

Conforme **Art. 7º III** da Lei Orgânica do Municipal, compete ao Município de Quilombo organizar sua estruturação administrativa;

Conforme **art. 36 § 1º III** são considerada leis complementares entre outras matérias as concernentes ao estatuto dos servidores públicos municipais;

Segundo disposição do **Art. 38, IV**, da lei orgânica municipal compete privativamente ao Prefeito, dentre outras matérias, a organização administrativa, matéria tributária orçamentária, serviços públicos e pessoais da administração.

Portanto, percebe-se que foi observado, *in casu*, tanto a iniciativa, quanto a hipótese de lei complementar está conforme os requisitos legais.

Da matéria

Considerando o disposto no art. 97, III da lei 8.112/90 dispõe sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por **8 (oito) dias consecutivos em razão de:**
a) **casamento**; b) **falecimento** do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Conforme art. 77 da lei complementar nº032 de 05 de dezembro de 2001, do município de Quilombo, poderá o servidor sem qualquer prejuízo, ausentar-se do serviço: **1 (um)** dia, a cada 6 (seis) meses de serviço público, para doação de sangue; **por 5 (cinco) dias consecutivos em razão de: a) casamento; b) falecimento do cônjuge, companheiro,**

¹ Esse achado foi sintetizado no manual de boas práticas consultivas da AGU: "o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade"



Edison Souza Nunes

ADVOGADO OAB/SC 50.214

**pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;
c) nascimento ou adoção de filhos;**

Consequentemente a disposição apresentada em partes contraria analogicamente a lei federal, porém acompanha o estatuto dos servidores públicos do município de Quilombo, quando dispõe que computar-se-á como ausência a falta ao trabalho, ainda que justificada ou decorrente de licença/atestado médico, licença ou concessão de qualquer natureza, **exceto as ausências: a) por 05 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge**, companheiro, ascendente ou descendente; c) por 03 (três) dias úteis em virtude de casamento; d) por 03 (três) dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana, e de falecimento de irmão, sogro e sogra.

III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, não se vislumbra óbice ao pretendido, visto que o presente Projeto de lei complementar atende aos pressupostos legais e, **sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado até o presente momento.**

É, *sub censura*, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos anexos, sem embargo de outras opiniões.

Quilombo, 04 de janeiro de janeiro de 2021

Edison Souza Nunes

Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Quilombo

OAB/SC 50.214